

Por Anna Luisa
Araujo Mendes e
Luísa da Silva Bu-
zatti

Bacharel em Relações
Internacionais pela PUC
Minas e Mestranda de
Human Rights and Mul-
ti-level Governance na
Università degli Studi di
Padova, respectivamente.

Recebido em: 22/02/2021
Aprovado em: 07/03/2022

A CRIAÇÃO DO MAIS NOVO PAÍS DO MUNDO E OS DIREITOS DAS MULHERES: O CASO DO SUDÃO DO SUL

THE CREATION OF THE YOUNGEST COUNTRY IN
THE WORLD AND WOMEN'S RIGHTS: THE CASE OF
SOUTH SUDAN

RESUMO: Em 2011, o Sudão do Sul declarou sua independência do Sudão e tornou-se o país mais jovem do mundo. Desde então, viu-se diante de um desafio considerável, relacionado à construção de um aparato estatal e governamental, baixos índices humanitários, conflitos internos, desigualdade social, recessão econômica e pobreza. Tais fatos, somados à ausência de um governo efetivo, corroboram para o desenvolvimento de um cenário cada vez mais instável, fomentado pela guerra civil que se alastra desde a sua criação. Tais fatos se estendem à esfera dos direitos humanos, sobretudo no que se refere aos direitos das mulheres, uma vez que organizações regionais e relatórios das Nações Unidas relatam, constantemente, casos de violações contra a mulher. Isto é percebido por meio do aumento do índice de violência de gênero e sexual. Diante do exposto, o presente artigo visa pesquisar a respeito da situação das mulheres e seus direitos no Sudão do Sul e de que forma eles deterioraram-se desde a criação do país.

Palavras-chave: Sudão do Sul; mulheres; direitos humanos.

ABSTRACT: In 2011, South Sudan declared its independence from Sudan and became the youngest country in the world. Since then, it has faced a considerable challenge, related to the construction of a state and governmental apparatus, the low humanitarian rates, internal conflicts, social inequality, economic recession, and poverty. The absence of an effective government corroborates with the development of an increasingly unstable scenario – which is fueled by the Civil War that has spread since its creation. Such facts extend to the sphere of human rights, especially regarding women's rights, which can be seen through the increase in the rate of gender and sexual violence. Given the above, this article aims to research about the situation of women and women's rights in South Sudan and how they have deteriorated since the country's creation.

Keywords: South Sudan; women; human rights.



1 INTRODUÇÃO

Desde o período colonial do século XX, as regiões do Sudão e Sudão do Sul já apresentavam suas diferenças: no desenvolvimento, religiosas e linguísticas. Tais heterogeneidades foram levadas ao extremo quando, em 1955, quatro meses antes da independência do Sudão do domínio do Reino Unido e do Egito, eclodiu a primeira guerra civil entre o Norte e o Sul, derivada de discordâncias da elite sulista da arabização e islamização do território promovida pela elite do norte. Este problema, que foi solucionado em 1972 com o Acordo de Addis Abeba, veio à tona novamente anos depois, corroborando para a eclosão da segunda guerra civil entre a porção norte e sul, em 1983.

Seu fim, por sua vez, deu-se apenas no ano de 2005, quando foi previsto, por meio do Amplo Acordo de Paz, estratégias para o desenvolvimento do Sudão e um referendo, no ano de 2011, para a decisão da região sul de continuar ou não parte do país. Assim feito, no ano previsto, a maioria da população sulista decidiu pela separação do Sudão do Sul e constituiu o país mais jovem do mundo. A partir daí, o cenário de conflito continuou se desenvolvendo, mas agora entre grupos étnicos locais que divergiam quanto à governança do território.

Diante disso, os indicadores econômicos e sociais do Sudão do Sul caíram de forma considerável: em 2015, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país era avaliado em 0.428, e em 2018 esse número chegou a 0.413; o número de pessoas em situação de pobreza saltou de 51% para 82% entre 2009 e 2016. Atualmente, o país tem um dos piores IDH do mundo (186^a posição de 189 países), com uma população considerável em situação de pobreza (em 2018, estimou-se que 91,9% dos sul-sudaneses viviam nessas condições) e 1/3 de sua população deslocada (internamente ou como refugiada em outros locais) (UNITED, 2019). Essa situação é ainda pior para as mulheres, que sofrem com a violência e a desigualdade de gênero, além do número de estupros sistemáticos utilizados como arma de guerra, humilhações públicas, diminuição da participação na tomada de decisão, dentre outros.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo investigar a situação da violência contra as mulheres no Sudão do Sul de 2011 a 2018, e se a mesma diminuiu ao longo dos anos com a presença de organizações internacionais no território. Para tanto, este artigo foi dividido em três seções: em um primeiro momento, será apresentado o contexto histórico da primeira e segunda guerra civil sudanesa,

bem como o referendo que deu independência ao Sudão do Sul; já na segunda seção, será exposta a situação das mulheres e a violência de gênero no país, levando em conta o tradicionalismo da sociedade e os documentos e relatórios divulgados por organizações internacionais; a terceira, e última, seção traz as conclusões da investigação aqui proposta.

2 A INDEPENDÊNCIA DO SUDÃO DO SUL E A GUERRA CIVIL

Em julho de 2011, o Sudão do Sul se tornou independente e passou a configurar-se como o país mais novo do mundo. O resultado, que se deu por meio de um referendo, demonstrou a opção da maioria de seus cidadãos pela separação da região norte, o Sudão. Contudo, o desejo por autonomia não é uma questão nova na porção sul, mas algo que vem se desenvolvendo por anos de conflitos e guerra civis, marcados pelas diferenças sociais, políticas e econômicas entre ambas porções territoriais e pela percepção, da região sul, de um desejo de dominação e liderança do norte (GUIMARÃES, 2013).

Desta forma, a presente seção tem como objetivo contextualizar os acontecimentos que culminaram na independência em 2011, apresentando o background histórico e as disputas entre os territórios norte e sul. Nesse sentido, em um primeiro momento será tratado sobre a primeira e segunda guerra civil sudanesa, os motivos que levaram sua deflagração e acordos de paz que promoveram o cessar-fogo; posteriormente, serão expostos as questões relacionadas ao referendo de independência e seus desdobramentos.

2.1 A PRIMEIRA E A SEGUNDA GUERRA CIVIL SUDANESA

É complicado apontar claramente quando começaram as disputas entre o Norte e Sul do Sudão, mas é possível afirmar que o atual cenário é resultado de acontecimentos dos séculos XIX e XX, relacionados ao domínio e à colonização por outros locais. O território do Sudão ficou, por anos, sob a esfera de influência do Império Otomano, quando, em 1899, os britânicos, juntamente com o Egito, passaram a comandar a região, gerenciando o Norte e o Sul como localidades separadas. Enquanto no Norte foi estimulado o islamismo e o uso do árabe, no Sul o cristianismo e a língua inglesa foram mais fortes. Igualmente, no que se refere ao desenvolvimento, os colonizadores passaram a investir na construção de ferrovias,

escolas e unidades de polícia na porção norte, despendendo grande parte dos seus recursos nesse território, enquanto na região sul esse foco desenvolvimentista não se estendeu com o mesmo impacto (GUIMARÃES, 2013).

De acordo com Guimarães (2013, p. 32) “a administração colonial britânica explica o atual desenvolvimento desigual e assimétrico do Sudão e Sudão do Sul”, portanto, o resultado da exploração colonial no território gerou consequências econômicas e sociais, ainda sentidas nos países. Somado a isso, a população do Sudão, até então localizada em uma única porção territorial, sempre apresentou inúmeras diferenças. A diversidade étnica e linguística, por exemplo, são fatores marcantes e consideráveis – de acordo com Zapata (2011), pesquisadora do projeto *Enough*, na época colonial o Sudão possuía cerca de 600 grupos étnicos que falavam 400 idiomas.

Essas heterogeneidades foram levadas ao extremo quando, em 1955, quatro meses antes da independência do Sudão do domínio colonial, eclodiu a primeira guerra civil entre o Norte e o Sul. Isto pois, com a gradativa retirada dos ingleses do local, o vácuo de poder formado foi rapidamente ocupado pela elite árabe do Norte, que emergiu como a classe dominante. A partir daí, suas lideranças promoveram ações de arabização e islamização do Sul, visando expandir o islã naquele local. Contrariamente, a elite sulista passou a resistir à esta tentativa de assimilação (LETURCQ, 2010).

A partir dos anos 1960, a região ao sul do Sudão passou a adotar um discurso anti-imperialista em relação ao Norte, argumentando que eles estavam se comportando como potências coloniais por meio da assimilação forçada e promovendo missões civilizadoras no sul. Diante disso, um movimento de guerrilha intitulado *Anyanya* passou a combater tropas vindas do Norte, conseguindo controlar várias porções da região Sul e conter o avanço de seus oponentes. Já em 1971, Gafaar Nimeiri assumiu o poder do país e uma de suas decisões foi permitir uma maior autonomia sulista, objetivando a diminuição do conflito (LETURCQ, 2010).

O fim dessa primeira guerra civil se deu em 1972, com o Acordo de Addis Abeba. De acordo com Leturcq (2010, p. 302, tradução nossa¹) “O acordo de paz afirmou um certo grau de autonomia ao Sul e tentou selar uma nova visão política sobre o Sudão”. Entretanto, ao longo da década de 1970, o mandato de Nimeiri foi se enfraquecendo, o que o levou a firmar alianças com a Irmandade Islâmica

1 *The peace agreement asserted a certain degree of autonomy to the South and attempted to seal a new political vision on the Sudan.*

Muçulmana² do Norte e a descumprir com o acordo de paz firmado anteriormente (GUIMARÃES, 2013).

Nimeiri também dissolveu a Assembleia Regional do Sul, que garantia a esse território maior autonomia, e, em 1983, introduziu a *Sharia* (lei islâmica) sobre o país. Esses acontecimentos, relacionados à imposição do islã e a limitação da independência das instituições sulistas, corroboraram com a insatisfação de sua elite com o governo central, o que gerou, conseqüentemente, a segunda guerra civil sudanesa. Ainda em 1983, o Exército de Libertação Popular do Sudão (EPLS) e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (MPLS) divulgaram um manifesto denunciando questões de racismo e etnia, expondo os desequilíbrios e desigualdades dentro do país – notadamente entre o Norte e o Sul (LETURCO, 2010).

Este cenário de conflito foi ainda mais fomentado quando, em 1985, o Sudão sofreu um golpe de Estado, instaurando um regime militar fundamentalista islâmico na capital, Cartum. Nesse momento, o governo central visou expandir e implementar a *Sharia*, impondo uma uniformidade cultural e religiosa no território, além de apoiar rivalidades étnicas no sul do país objetivando dissolver a unidade de combate na região (JOHNSON, 2003).

O período mais violento do conflito, entretanto, se deu nos anos 1990, quando se teve início uma campanha de recrutamento pelo EPLS, que passou a incluir crianças entre seus combatentes. Além disso, inaugurou-se uma fase de constante ataque à civis, visando pressionar o governo central sudanês. As conseqüências desses ataques e ações foi o deslocamento interno de mais de 6 milhões de pessoas e 500.000 refugiados em países vizinhos (GUIMARÃES, 2013).

Ainda na década de 1990, um outro importante marco para o cenário sudanês se desenvolveu: um conflito regional no Sul entre as duas maiores etnias da região, Dinka e Nuer, enquanto a guerra civil contra o Norte estava em curso. Essa separação entre os dois grupos étnicos foi o resultado de desentendimentos no que tange ao futuro do Sudão, pois enquanto alguns combatentes da etnia Nuer tinham como objetivo a independência para a região Sul, John Garang, líder dos Dinka, buscava unificação do país sob um regime democrático, livre das imposições islâmicas do norte (JOK; HUTCHINSON, 1999; COSTELLO, 2011).

Destaca-se que o rompimento destes dois grupos étnicos se tornou um marco para o conflito sudanês, pois, durante a primeira guerra civil, ambos lutaram

2 A Irmandade Islâmica Muçulmana do Norte era uma organização que “[...] tinha por objetivo criar uma sociedade e um Estado islâmico autêntico, por fim um “*Umma Muslimah*” (Nação islâmica). A partir de um processo de reislamização fundamentado no retorno do homem aos valores éticos e morais islâmicos. (ALASSAR, 2010, p.15)

juntos, formando a maior parte das forças contra a região Norte (COSTELLO, 2011). A maior consequência dessa separação, contudo, foi percebida no número de mortes e deslocados – majoritariamente a população civil rural. De acordo com Jok e Hutchinson (1999, p.127) “o número de Dinka e Nuer que morreram nesses conflitos fratricidas e em outros confrontos Sul-Sul desde a retomada da guerra civil [...] excedeu os perdidos pelas atrocidades cometidas pelo exército sudanês”, ou seja, o conflito entre as duas etnias acabou se mostrando muito mais violento.

Somado a isso, após o golpe de Estado, o governo central do General Al-Bashir passou a adotar uma postura cada vez mais autoritária, percebida pela proibição de todos os partidos políticos do país, com exceção da Frente Nacionalista Islâmica. Este partido, por sua vez, foi um dos responsáveis pela promoção da limpeza étnica contra não-muçulmanos no território do Sudão, fomentando o aumento do fluxo de refugiados (GUIMARÃES, 2013). Desta forma, percebe-se a segunda guerra civil em várias frentes, pois enquanto havia uma disputa entre grupos étnicos na região Sul, o governo central e a Frente Nacionalista Islâmica também atuaram reprimindo outros grupos e atacando não-muçulmanos, com o objetivo de consolidar a *Sharia* e a islamização do território. De acordo com Leturcq (2010, p. 304, tradução nossa³), “a guerra no Sudão tornou-se uma ‘rede de guerras internas’, envolvendo muitos atores em diferentes frentes, sejam eles geográficos ou políticos”.

Essa segunda guerra civil se desenvolveu até o ano de 2005, quando foi assinado o Amplo Acordo de Paz, que tinha como principal objetivo promover o cessar-fogo entre as partes beligerantes e apoiar o processo de paz do país. Além disso, o documento delimitou que as pessoas da região Sul do Sudão tinham o direito à autodeterminação (que seria decidido por meio de um referendo), mas, até isso acontecer, as partes concordaram em estabelecer um sistema democrático de governança no país, levando em conta as heterogeneidades étnicas, raciais, religiosas e linguísticas (THE COMPREHENSIVE PEACE AGREEMENT, 2005).

A previsão do documento era o desenvolvimento de um período interino de seis anos, a fim de monitorar o cessar-fogo e a implementação do acordo de paz. Após esse tempo, deveria ser organizado um referendo, monitorado internacionalmente, para as pessoas do Sul optarem pela independência ou pela continuação sob o governo central do Sudão. Além disso, o acordo delimitou a estrutura de governança do Sudão nesse período, a importância dos direitos humanos e dos direitos individuais, a política externa, de segurança nacional, a criação de institui-

3 *War in Sudan became a “network of internal wars”, involving many actors in different fronts, be they geographical or political.*

ções independentes para os sulistas, dentre outros (THE COMPREHENSIVE PEACE AGREEMENT, 2005).

De acordo com Vries e Schomerus (2017), os primeiros quatro anos após o acordo demonstraram a dificuldade em criar uma coesão e unidade na região Sul, derivado da discordância entre grupos étnicos. Ademais, não se percebeu um esforço, de nenhuma das partes beligerantes, de fazer a unidade territorial algo atraente para ambos os lados. Nesse sentido, conforme se aproximava o ano do referendo, previsto para acontecer em 2011, a ênfase na independência passou a obter mais destaque (VRIES; SCHOMERUS, 2017).

2.2 O REFERENDO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Em janeiro de 2011, seguindo a previsão do Amplo Acordo de Paz de 2005, foi realizado o referendo para decidir a independência da região Sul ou sua continuidade sob o governo central do Sudão. Por uma ampla diferença, a maioria dos eleitores votaram pela separação, o que caracterizou o Sudão do Sul como o país mais jovem do mundo. Entretanto, o resultado da votação, bem como a formação do novo Estado, trouxe consigo inúmeras questões a serem discutidas, relacionadas aos recursos naturais, índices sociais, estruturação política, dentre outros (BELLONI, 2011).

De acordo com Jones (2017), logo após sua independência em 2011, o Sudão do Sul passou a enfrentar novos desafios: um novo conflito entre as facções étnicas, o que acentuou uma disputa entre as etnias Dinka e Nuer pelo poder do país, além da resistência e interesse do Sudão quanto às reservas de petróleo do Sul. Em 2013, a questão étnica foi ainda mais enfatizada com uma crise entre o então presidente Salva Kiir, da tribo Dinka, e seu Vice Riek Machar, da tribo Nuer. Kiir acusou Machar de tramar um golpe de Estado contra ele e, em contrapartida, Machar argumentou que Kiir estava planejando instaurar um governo comandado por Dinkas, ignorando as outras etnias presentes no território, de forma a promover seus próprios interesses e consolidar seu poder (JONES, 2017).

Essa divergência corroborou para que o conflito assumisse um caráter ainda mais brutal: atrocidades em massa, estupro sistemático de mulheres e um número cada vez maior de deslocados internos e de refugiados em países vizinhos, caracterizaram o cenário desse país recém-independente (JONES, 2017). Somado a isso, os indicadores sociais e econômicos do Sudão do Sul se mostraram em constan-

te deterioração: de acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no ano de 2015 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país era avaliado em 0.428, em 2016 em 0.418, no ano de 2017 em 0.414 e, por fim, no ano de 2018 o número chegou a 0.413. Essa relação classifica o Sudão do Sul como um dos países com a menor taxa de IDH do mundo, na 186^a posição de 189 países avaliados, ficando à frente apenas do Chade, República Centro Africana e Níger (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2019).

Além disso, o número de pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza é outra questão preocupante para o Sudão do Sul. De acordo com dados do Banco Mundial, “o número de pessoas na pobreza saltou de 51% para 82% entre 2009 e 2016, o que significa que a grande maioria da população vivia abaixo da linha de pobreza internacional de US\$1,90 por dia em 2016” (PAPE; FINN, 2019, p.1, tradução nossa⁴). Ainda, o relatório do PNUD divulgado em 2019 estimou que, no ano de 2018, 91,9% da população se encontrava em situação de pobreza. Ou seja, a taxa de pessoas em condições miseráveis continuou aumentando ao longo dos anos (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2019).

No setor econômico, o Sudão do Sul é um dos países mais dependentes da exportação de petróleo no mundo, uma vez que grande parte de sua receita advém desse produto. Outro fator alarmante é o desemprego de jovens, que chegou a taxa de 50% no ano de 2018. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) apresentou números negativos em 2015, 2016, 2017 e 2018, o que acentua a fragilidade do novo país não apenas no social, mas economicamente. Ademais, o Sudão do Sul também se destaca negativamente por ser um dos países mais corruptos do mundo: de acordo com a organização Transparency International (2019), o Sudão do Sul ocupa a 179^a posição de 180 países avaliados no que se refere à transparência das relações governamentais, somando apenas 12 pontos em uma escala de 100 – ficando à frente apenas da Somália (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2019; WORLD BANK, 2019).

Portanto, percebe-se que a independência desse novo país não trouxe consigo um cenário pacífico, mas transferiu o foco dos problemas para outras esferas. Se antes o conflito atuava em duas frentes (uma contra o governo central do Sudão e outra entre as etnias), após 2011 notou-se o aumento da disputa entre esses grupos étnicos, o que acentuou ainda mais suas divergências políticas e suas ambições por controle e poder. O resultado é um país fragilizado, com índices sociais e eco-

4 *The poverty headcount jumped from 51% to 82% between 2009 and 2016, meaning that the vast majority of the population was living under the international poverty line of \$1.90 (PPP 2011) per day in 2016.*

nômicos cada vez mais deteriorados.

3 O CASO DO SUDÃO DO SUL E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Como já exposto, apesar do Sudão do Sul ter alcançado sua independência no ano de 2011, conflitos étnicos e políticos permaneceram, que, combinados com um quadro referencial marcado pela fome e outras crises, colaboram para a perpetuação e acentuação da extrema pobreza e da insegurança. Nesse cenário, mulheres e crianças se mostram os grupos mais vulneráveis, sendo suscetíveis a ações como sequestro, estupro e outras formas de agressão (CONTRERAS-URBINA et al, 2019).

Desta forma, a presente seção tem como objetivo analisar a situação das mulheres no Sudão do Sul desde sua independência, em 2011, até 2018. Sendo assim, no primeiro momento será feita uma contextualização da situação feminina no país, levando em conta a caracterização da sociedade sul-sudanesa e a situação da violência de gênero. Isto posto, será desenvolvida uma análise levando em conta a problemática do presente artigo.

3.1 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO SUDÃO DO SUL

Para se compreender a questão da violência de gênero no Sudão do Sul, é preciso entender a partir de quais princípios esse corpo social é estruturado e qual é o papel da mulher nesse local. Para isso, faz-se necessário a definição de gênero e violência de gênero. O termo surgiu a partir do movimento feminista e, segundo Scott (1995, p. 86), gênero se configura como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. A violência de gênero se caracteriza como qualquer tipo de agressão física, emocional sexual e/ou psicológica destinada a alguém com base em seu gênero (EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY, 2022). Atualmente, na literatura, ‘gênero’ e ‘mulheres’ são considerados sinônimos e por as mulheres serem desproporcionalmente as maiores vítimas da violência de gênero, esses termos são empregados de maneira concomitante (SCOTT, 1995).

Nesse contexto, destaca-se que a sociedade sul-sudanesa é marcada por aspectos tradicionais, caracterizada pela forte presença do patriarcado e em que a

instituição social do casamento é a principal forma de delinear os papéis e as responsabilidades de homens e mulheres. Com isso, enquanto os primeiros detêm a responsabilidade de serem chefes de família e cuidarem de questões externas em geral, as mulheres possuem a responsabilidade de cuidar da casa e das crianças (BUBENZER; STERN, 2011).

Desta forma, pode-se dizer que na cultura sul-sudanesa, em geral, há uma aceitação da objetificação da mulher. Isto pois acredita-se, tradicionalmente, que os homens possuem poderes sobre elas, de maneira a subjugar-las e negá-las o direito de decidir sobre a sua própria vida. Deste modo, a agressão contra as mulheres já era um problema estruturado antes mesmo do conflito se iniciar, mas que foi intensificado de forma considerável a partir deste (REFUGEES INTERNATIONAL, 2019).

Durante os anos de 1955-1972 e 1983-2005, as guerras civis que ocorreram no país fizeram com que as dinâmicas de gênero fossem alteradas, atribuindo novas funções as mulheres, principalmente no que diz respeito a assumir o compromisso dos homens enquanto eles estavam em combate. Apesar desse cenário ter possibilitado uma maior independência das mulheres, também houve o aumento da violência contra elas, por se encontrarem vulneráveis, e no número de casamento infantil (BUBENZER; STERN, 2011). Já no período posterior à independência, o impacto da mudança desses papéis continuou a ser sentido, especialmente devido a uma crise de masculinidade que os homens tinham ao retornarem para suas casas e verem que suas mulheres estavam ocupando espaços que eram antes exclusivamente masculinos, o que fez com que aumentasse a violência sexual e doméstica contra as mesmas (BUBENZER; STERN, 2011).

Com relação ao casamento infantil, seu impacto ainda pode ser sentido nos dias de hoje. De acordo com os dados da organização *Girls Not Bride* (2020), 9% das meninas se casam com menos de 15 anos, e 52% antes dos 18, o que faz o Sudão do Sul se classificar como o sétimo país com a maior taxa de prevalência de casamento infantil do mundo. Tal fato também se interliga à precária situação socioeconômica que atinge grande parte da população, pois o dote (importante aspecto econômico da cultura sul-sudanesa que se utiliza, principalmente, do gado como moeda de troca) é muitas vezes a única forma de sobrevivência que algumas das famílias das meninas têm (GIRLS NOT BRIDES, 2020).

Somado a isso, muitas delas foram coagidas a se casarem e se prostituírem durante o conflito para sobreviverem. Isso porque a tortura sexual como parte de

estratégia de guerra foi utilizada por diferentes grupos, na medida em que havia o entendimento que poderiam mudar a composição étnica do grupo inimigo, e como uma forma de retaliação e vingança (BUBENZER; STERN, 2011). Esse tipo de hostilidade tomou proporções tão grandes que os homens de cada um dos grupos, a fim de prevenir que as mulheres e crianças fossem engravidadas e mortas, se voltaram contra elas (BUBENZER; STERN, 2011).

Apesar da ratificação de um tratado de paz no período de pós-conflito, insegurança, mortes, sequestros e violência ainda são comuns no Sudão do Sul. Além disso, o fato da sociedade sul-sudanesa ainda ser fortemente armada, contribui para o aumento de ameaça às mulheres. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para Infância, “décadas de conflito criaram um ambiente altamente militarizado e uma cultura de violência. Isso permite que os autores da violência de gênero operem com maior impunidade” (2019, p.1, tradução nossa⁵). É devido a esse motivo que informações acerca desse tipo de violência são difíceis de serem obtidas no Sudão do Sul.

A magnitude total do problema não é clara. No entanto, estudos indicam que cerca de 65% das mulheres e meninas sofreram violência física e/ou sexual durante a vida e 51% sofreram violência por parceiro íntimo (VPI). Cerca de 33% das mulheres sofreram violência sexual de um não parceiro, principalmente durante ataques ou incursões. A maioria das meninas e mulheres sofreram violência sexual pela primeira vez com menos de 18 anos (UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND, 2019, p.1, tradução nossa⁶).

Esses números não apenas refletem a violência enfatizada devido às guerras civis, como também demonstram aspectos culturais da sociedade sul-sudanesa em si, conforme já fora apresentado. Ademais, esses indicadores são alarmantes na medida em que são o dobro da média global, o que classifica o Sudão do Sul como um dos países com maiores níveis de violência contra mulheres e crianças do mundo (REFUGEEES INTERNATIONAL, 2019).

Contudo, apesar desses números serem altos, existe um esforço por parte do governo do Sudão do Sul em progredir com relação a diminuição desse índice, a partir da ratificação de convenções e protocolos que buscam o reconhecimento dos direitos femininos, como, por exemplo, a assinatura da Convenção sobre a Elimi-

5 *Decades of conflict have created a highly militarized environment and a culture of violence. This allows perpetrators of gender-based violence to operate with greater impunity.*

6 *The full magnitude of the problem is unclear. However, studies indicate that some 65 percent of women and girls have experienced physical and/or sexual violence in their lifetime, and some 51 per cent have suffered intimate partner violence (IPV). Some 33 percent of women have experienced sexual violence from a non-partner, primarily during attacks or raids. The majority of girls and women experience sexual violence for the first time under the age of 18.*

nação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher⁷ no ano de 2014 e o Protocolo de Maputo⁸ – principal instrumento do sistema africano de direitos humanos sobre a mulher – ratificado, porém com reservas, no ano de 2017 (OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS, 2014; SOUTH SUDAN RATIFIES..., 2017). Assim, pode-se dizer que, na teoria, o governo sul-sudanês insiste em garantir os direitos das mulheres, contudo, na prática, o que se observa é uma transgressão da proteção deles.

Além dos efeitos psicológicos, físicos e emocionais que o abuso sexual pode causar nas vítimas, as mulheres sul-sudanesas sofrem com a estigmatização por parte da sociedade, que, geralmente, as culpabilizam pelo ocorrido. Por isso, com medo dessa pressão social, muitas delas continuam não denunciando os casos, desencorajando a busca de ajuda e fazendo com que se crie uma cultura de impunidade aos autores desses crimes (BUBENZER; STERN, 2011).

Ainda, cabe ressaltar que o resultado de longos anos de guerra ocasionaram o enfraquecimento do Estado de Direito, agravado pela existência de estruturas jurídicas fracas, bem como a presença de normas costumeiras que, de maneira geral, atribuem às mulheres um status de inferioridade (BUBENZER; STERN, 2011). Portanto, mesmo com a ratificação de instrumentos internacionais que promovem os direitos das mulheres, na prática eles não são seguidos, uma vez que vão de encontro ao que essas normas costumeiras estabelecem.

Desta forma, e como pode ser observado, a sociedade sul-sudanesa oferece um suporte limitado às vítimas dos abusos e violência de gênero que, somados a um sistema de saúde fraco, muito afetado pela guerra, mina a atuação e assistência médica. Além disso, pela maioria das mulheres não terem acesso à educação – cerca de 76% de meninas em idade escolar do ensino primário não estão nas escolas, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para Infância (2017) –, elas muitas vezes sabem pouco ou não possuem conhecimento sobre seus direitos, criando uma predisposição em aceitar a violência sexual como uma norma de sua sociedade (BUBENZER; STERN, 2011).

7 Essa convenção surgiu no ano de 1979, no sentido de que, apesar de estar legitimada em diversos sistemas legais, as mulheres ainda não dispunham dos mesmos direitos que os homens em diversos países. A vista disso, esse compromisso entende a discriminação de gênero como uma distinção de tratamentos que prejudiquem as mulheres, seja de maneira intencional ou não; ações que impeçam o reconhecimento dos direitos femininos, bem como de exercer suas liberdades e direitos que dispõem (UNITED NATIONS, 2014)

8 Instrumento adicional complementar a Carta Africana que busca uma maior inclusão das mulheres em todas as instâncias, principalmente nas civis e política, além de promover o direito à saúde e reprodução feminina, bem como outros direitos, como o econômico, social e cultural (COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS, 2020)

Esse cenário, marcado pela manutenção da violência e deterioração das condições de vida, resultou em um deslocamento em massa de pessoas, principalmente mulheres, tanto para fora do país – para Uganda e Sudão, essencialmente –, quanto para outras localidades internas do Estado em busca de melhores condições de vida. De forma geral, estima-se que cerca de 4,3 milhões de indivíduos do país estejam deslocados, como refugiados, deslocados internos e solicitantes de asilo, representando cerca de 1/3 da população sul-sudanesa (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2020).

Em reconhecimento à necessidade de combater a violência de gênero, desde o ano 2000, as Nações Unidas buscam implementar resoluções referentes à questão de proteção das mulheres em conflitos armados e como elas podem e devem ser envolvidas nos processos de construção da paz. Sendo assim, a resolução nº.1325⁹, apesar de nunca ter sido amplamente implementada devido a uma falta de congruência das expectativas e resultados por parte do Conselho de Segurança, foi o primeiro documento que tratou a forma como os conflitos afetam de forma diferentes homens e mulheres, e a importância das mulheres no processo de tomadas de decisão. As Nações Unidas propuseram, ainda, outras resoluções que também não foram concretizadas, como, por exemplo, a resolução nº.1820, que visava o combate da violência sexual durante o conflito (GROSS; KUDELKO; PURVIS, 2009).

A presença de atores internacionais e nacionais no Sudão do Sul, como a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul, Organizações não Governamentais, atores humanitários e, em alguma medida, o governo do Sudão, entendem que, para solucionar o problema da violência de gênero do país, deve-se recorrer também a outras esferas, principalmente no que diz respeito a ressignificação do papel da mulher no país. Assim, a fim de desenvolver o empoderamento feminino neste local no período pós-conflito, essas organizações defendem uma maior inserção das mulheres nas escolas, a introdução de um sistema de quotas para a participação feminina nos processos de tomada de decisão, principalmente no que diz respeito à participação no processo de reconstrução do país. Contudo, apesar desses esforços, o patriarcado ainda continua muito forte nessa sociedade, e a violência contra elas, também (BUBENZER; STERN, 2011; REFUGEES INTERNATIONAL, 2019).

Ainda, com relação ao governo, entendido pelas Nações Unidas como um crítico componente de construção da paz, existe uma necessidade iminente de criar

9 Essa resolução reconhece que as mulheres devem receber proteções especiais durante a guerra, ter acesso a aparatos legais que diminuam a desigualdade de gênero e que sua integração nos processos de paz é fundamental (GROSS; KUDELKO; PURVIS, 2009).

uma governança, através de suas agências de nível nacional e local, a fim de estabelecer um sistema legal que sustente os direitos de mulheres e crianças de todo o país. Para o Sudão do Sul ter paz completa, a violência de gênero precisa ser abordada e tratada como uma questão central, e os autores precisam ser responsabilizados pelos crimes que cometeram (REFUGEES INTERNATIONAL, 2019).

3.2 UM NOVO PAÍS MAIS DESIGUAL?

Diante do exposto, é possível destacar alguns indicadores que demonstram os índices de violência contra a mulher e a desigualdade de gênero no Sudão do Sul, apesar dos dados serem escassos. Em um relatório produzido pela universidade irlandesa de Limerick, no ano de 2019, pesquisou-se a porcentagem de mulheres que sofreram violência física e/ou psicológica nos 12 meses anteriores à pesquisa. É possível observar o resultado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Porcentagem de mulheres que sofreram violência no Sudão do Sul

Sujeito/Cenário	%
Parceiro	51%
Ambiente familiar	40%
Local de trabalho	33%
Espaços públicos	50%
Escolas	80%

Fonte: elaborada pelas autoras com dados da Universidade de Limerick (2019).

Portanto, destaca-se que, no que se refere aos espaços onde as mulheres experienciam violência, as escolas assumem o primeiro lugar e o principal foco. Contudo, todas as porcentagens acima são preocupantes na medida em que demonstram uma realidade perigosa para as mulheres. Para além dessa pesquisa, o relatório “*2019 Country Reports on Human Rights Practices: South Sudan*”, do governo estadunidense sobre a situação dos direitos humanos no país africano no ano de 2018, revelou que grande parte dos atos violentos no país contra às mulheres, como estupros, mutilação de órgãos genitais ou correlatos, foram cometidos na frente de crianças, suas famílias ou suas comunidades, revelando a intencionalidade de humilhação das vítimas. Um ponto importante para se destacar é que a lei sul-sudanesa não proíbe a violência doméstica e que as relações sexuais dentro do casamento, independente do consenso, não podem ser consideradas estupros (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2019).

No que se refere à desigualdade de gênero e acesso às oportunidades, os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2020) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano demonstram que no Sudão do Sul a diferença de IDH entre homens e mulheres chega a mais de 50 pontos, conforme pode ser observado na tabela abaixo. Para o cálculo feito pelo PNUD, foi levado em conta a expectativa de vida, tempo esperado de estudos, tempo médio de estudos, e PIB per capita:

Tabela 2 – Diferença de IDH entre homens e mulheres no Sudão e Sudão do Sul

ANO	SUDÃO DO SUL	
	IDH Homens	IDH Mulheres
2011	0.458	0.383
2012	0.457	0.383
2013	0.461	0.387
2014	0.459	0.386
2015	0.455	0.383
2016	0.445	0.374
2017	0.441	0.370
2018	0.440	0.369

Fonte: elaborada pelas autoras com dados extraídos do PNUD (2020).

Desta forma, nota-se que no ano de 2011 a diferença entre o IDH de homens e mulheres era avaliada em 75 pontos. Já no ano de 2018, chegou a 71 pontos. Diante disso, é possível inferir que apesar da desigualdade ter diminuído em 4 pontos, é notável que os índices em si pioraram ao longo dos 8 anos analisados, ou seja, em 2011 o IDH de ambos os gêneros era melhor se comparados a 2018. Nesse sentido, argumenta-se que o decorrer da guerra após a independência trouxe consequências consideráveis para o cenário sul-sudanês: como apresentado na seção anterior, o país possui o 4º pior IDH do mundo e apesar de sua população, como um todo, possuir condições precárias de vida, são as mulheres que sofrem ainda mais com isso, pois para além da pobreza, da fome e das baixas condições socioeconômica, as mesmas ainda são vítimas da violência de gênero.

Chama-se atenção para o indicador educacional do Sudão do Sul divulgado pelo PNUD (2020), onde a média de anos escolares de homens, de 2010 a 2018, é avaliada em 5,3 anos e das mulheres, no mesmo espaço de tempo, em 4 anos. Este dado, somado ao apresentado na subseção anterior (de que 52% das mulheres se casam antes dos 18 anos) demonstra a precarização educacional e a priorização do casamento no país africano, o que cria inúmeros obstáculos para o desenvolvimento e o futuro das mulheres, bem como para o combate à violência de gênero.

Portanto, percebe-se que a violência contra as mulheres no Sudão do Sul se caracteriza como um problema estrutural dessa sociedade, pois encontra-se enraizada em questões étnicas e culturais, que muito se liga aos costumes e tradições patriarcais do país. Somado a isso, a falta de dados mais assertivos, pesquisas mais profundas que apresentem as reais proporções da violência, combinadas com a ausência de incentivo às denúncias e de aparatos jurídicos eficazes que amparem as vítimas de violência, corroboram para a perpetuação de uma cultura de hostilidade e inferiorização das mulheres.

Além disso, apesar dos intensos esforços por parte de organizações internacionais em tentar alterar o papel que as mulheres possuem no país, a partir de programas que visam o empoderamento feminino, melhor acesso à educação, e maior participação nos processos de tomada de decisão, não alteraram de forma significativa essa atribuição, como pode ser observado a partir dos dados apresentados nesta presente seção. Isso se deve porque a violência de gênero já era um problema antes da conflagração do conflito, que só foi enfatizada a partir do mesmo (BUBENZER; STERN, 2011). Com relação ao governo, apesar de buscar auxiliar nos processos de fortalecimento das mulheres, objetivando alcançar a equidade de gênero, este se encontra limitado, uma vez que carece de estruturas de boa governança e de agentes capacitados na implementação de leis (REFUGEES INTERNATIONAL, 2019).

Sendo assim, conclui-se, que em locais onde a desigualdade de gênero se encontra engendrada no contexto da sociedade, inúmeros obstáculos são enfrentados para se alcançar a igualdade entre homens e mulheres e colocar fim à violência contra essas últimas. Logo, se, como demonstrado, viver no Sudão do Sul tem suas dificuldades, relacionadas ao conflito e condições precárias de vida, sobreviver nesse país sendo mulher é ainda mais desafiador.

4 CONCLUSÃO

A partir do exposto ao longo desse artigo, é possível perceber a complexidade ao tratar a violência contra a mulher no Sudão do Sul. Isto porque ela não é só um dos desdobramentos do conflito com o Sudão, e com os diferentes grupos étnicos do país – como fora apresentado na primeira seção –, mas é uma característica da sociedade sul-sudanesa em geral mesmo antes das hostilidades, visto que a mesma é marcadamente tradicional.

Dessa forma, pode-se concluir que a violência contra a mulher se encontra estreitamente introjetada na formação do papel da mulher nessa sociedade, respaldada por uma estrutura social patriarcal muito forte que fortalece a desigualdade entre homens e mulheres (BUBENZER; STERN, 2011). Com isso, por mais que a participação de organizações internacionais e, em alguma medida, do governo, buscaram, e ainda buscam, formas de fomentar o empoderamento feminino, o que se pode observar, a partir dos dados apresentados, é que essa desigualdade não diminuiu (ECONOMIC & SOCIAL COSTS..., 2019). Assim, percebe-se que através do modo como a sociedade sul-sudanesa é regida, cria-se uma intensa resistência a mudanças.

Ainda, a falta de um governo forte, desmantelado pelos inúmeros conflitos que se deflagraram no país, e o baixo grau de escolaridade feminina fazem com que, de forma geral, as mulheres não busquem ajuda jurídica, pois, uma vez estigmatizadas, elas evitam denunciar seus agressores - o que gera, conseqüentemente, a maior impunidade de autores e perpetuação da prática (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2020). Dessa forma, destaca-se a dificuldade em equalizar esse problema da violência de gênero no Sudão do Sul a curto prazo, haja vista todos os fatores abordados no presente artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL ASSAR, Ragda Ahmad. **A Irmandade Muçulmana: Nação sob o cosmo islâmico**. Monografia (Licenciatura em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16835/16835.PDF>. Acesso em: 10 abr 2020.

BELLONI, Roberto. The Birth of South Sudan and the Challenges of Statebuilding. **Journal Ethnopolitics**, v.10, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17449057.2011.593364?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BUBENZER, Friederike; STERN, Orly. Hope, pain and patience: the lives of women in South Sudan. África do Sul: **Fanele**, 2011.

COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS. **Instrumentos adicionais complementares à Carta Africana**. 2020. Disponível em: https://www.achpr.org/pr_ssstac. Acesso em: 24 abr. 2020.

CONTRERAS-URBINA et al. Researching violence against women and girls in South Sudan: ethical and safety considerations and strategies. Washington: **Conflict and Health**, v.13, n.55, 2019. Disponível em: <https://conflictandhealth.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s13031-019-0239-4>. Acesso em: 5 maio 2020.

COSTELLO, Steven. A Second ‘Split’ for South Sudan? Nova Iorque: **Carnegie Council**, 2011. Disponível em: https://www.carnegiecouncil.org/publications/articles_papers_reports/0093.

Acesso em: 23 abr. 2020.

ECONOMIC & SOCIAL COSTS OF VAWG: violence against women and girls South Sudan. Summary Report. Limerick: 2019. Disponível em: <https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/publication/documents/2019-07/economic-social-costs-violence-women-girls-south-sudan-2019.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY. **What is gender-based violence?** 2022. Disponível em: <https://eige.europa.eu/gender-based-violence/what-is-gender-based-violence>. Acesso em: 16 março 2022.

GIRLS NOT BRIDES. **South Sudan.** 2020. Disponível em: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/south-sudan/>. Acesso em: 18 maio 2020.

GROSS, Caroline; KUDELKO, Karen; PURVIS, Chelsea. GENDER-BASED VIOLENCE IN SOUTHERN SUDAN: justice for women long overdue. New Haven: **Enough Project**, 24 jan. 2011. Disponível em: <https://enoughproject.org/files/Lowenstein%20Study%20-%20Sudan.pdf>. Acesso em: 2 maio 2020.

GUIMARÃES, Samara Dantas Palmeira. **O PAPEL DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) NA CONSTRUÇÃO DO GOVERNO DA REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL:** a atuação do PNUD no período Pré-Secessão ao Pós-Eleição (2009-2012). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107274/319514.pdf>. Acesso em: 10 abr 2020.

JOHNSON, Douglas H. The Root Causes of Sudan's Civil Wars. Indiana: **Indiana University Press**, 2003.

JOK, Madut Jok; HUTCHINSON, Sharon Elaine. Sudan's Prolonged Second Civil War and the Militarization of Nuer and Dinka Ethnic Identities. **African Studies Review**, v.42, n.2, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/525368?seq=1>. Acesso em: 1 maio 2020.

JONES, Adam. Genocide: A Comprehensive Introduction. 3. ed. Nova Iorque: **Routledge**, 2017.

LETURCQ, Jean-Gabriel. Heritage-Making and Policies of Identity in the Post-Conflict Reconstruction of Sudan. **Égypte Monde Arabe**, n.3, 2010.

MUKWEGE Foundation. **Rape as a weapon of war.** Haia, 2020. Disponível em: <https://www.mukwegefoundation.org/the-problem/rape-as-a-weapon-of-war/>. Acesso em: 10 maio 2020.

OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **South Sudan ratifies CEDAW convention.** 2014. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/south-sudan/south-sudan-ratifies-cedaw-convention>. Acesso em: 10 maio 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019.** Nova York, 2020.

REFUGEES INTERNATIONAL. **STILL IN DANGER:** women and girls face sexual violence in South Sudan despite peace deal. Washington: 2019. Disponível em: <https://www.refugeesinternational.org/reports/2019/10/15/still-danger-women-girls-face-sexual-violence-south-sudan-peace-deal>. Acesso em: 2 maio 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SOUTH SUDAN RATIFIES MAPUTO PROTOCOL. **The East African**, Quênia, 18 out. 2017. Dis-

ponível em: <https://www.theeastafrican.co.ke/scienceandhealth/South-Sudan-ratifies-Maputo-Protocol/3073694-4145518-m4j9i0/index.html>. Acesso em: 10 maio 2020.

THE COMPREHENSIVE PEACE AGREEMENT. Nairóbi: 2005. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SD_060000_The%20Comprehensive%20Peace%20Agreement.pdf. Acesso em: 24 abr. 2020.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index.** 2019. Disponível em: <https://www.transparency.org/cpi2019>. Acesso em: 28 abr. 2020.

U.S DEPARTMENT OF STATE. **2019 Country Reports on Human Rights Practices: South Sudan.** Washington: 2019.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **25 million children out of school in conflict zones.** 24 abr. 2017. Disponível em: https://www.unicef.org/media/media_95861.html. Acesso em: 18 maio 2020.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. **GENDER-BASED VIOLENCE.** 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/southsudan/media/2071/file/UNICEF-South-Sudan-GBV-Briefing-Note-May-2019.pdf>. Acesso em 5 maio 2020.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Reports.** Nova York, 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/SSD>. Acesso em: 28 abr 2020.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **South Sudan Refugees Crisis.** 2020. Disponível em: <https://www.unrefugees.org/emergencies/south-sudan>. Acesso em: 20 maio 2020.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Resolution 1820 (2008).** Adopted by the Security Council at its 5916th meeting, on 19 June 2008. Nova Iorque: 2008. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1820>. Acesso em: 17 maio 2020.

VRIES, Lotje de; SCHOMERUS, Mareike. Fettered Self-determination: South Sudan's Narrowed Path to Secession. **Journal Civil Wars**, v.19, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13698249.2017.1342442>. Acesso em: 24 abr 2020.

WOLDETSADIK, Mahlet Atakilt. Long-Term Effects of Wartime Sexual Violence on Women and Families: The Case of Northern Uganda. **Rand Corporation**, 2018. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/rgs_dissertations/RGSD417.html. Acesso em: 18 maio 2020.

WORLD BANK. **The World Bank In South Sudan.** Washington: 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/southsudan/overview>. Acesso em: 10 maio 2020.

ZAPATA, Mollie. Sudan: Independence through Civil Wars, 1956-2005. Washington: **Enough Project**, 2011. Disponível em: <https://enoughproject.org/blog/sudan-brief-history-1956>. Acesso em: 20 abr. 2020.